



# **A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: O CASO DE SANTO AMARO DAS BROTAS/SERGIPE**

Carlos Alexandre Andrade dos Santos<sup>1</sup>

PALAVRAS-CHAVE: *Educação Inclusiva; Legislação; Rede Estadual de Ensino.*

## **1 INTRODUÇÃO**

É urgentíssimo a efetivação do processo de inclusão como concretude da política educacional no contexto da educação inclusiva, pois os debates já foram feitos e as leis elaboradas e sancionadas. A importância desse estudo se fundamenta prioritariamente na discussão no campo acadêmico e levar para sociedade trata-se não mais de uma questão pedagógica e profissional, mas, sobretudo, de uma questão de cidadania plena, como responsabilidade de garantir a formação básica igualitária para todos e sem nenhuma segregação.

Assim sendo a problemática é estabelecida, será que estamos diante de um paradoxo civilizatório em que as leis (inclusão) são desprezadas em relação a prática pedagógica e a gestão escolar? Portanto, o objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência no Município de Santo Amaro das Brotas, e os específicos são: Investigar a percepção das equipes diretiva das UEE sobre a inclusão dos alunos com deficiência; Analisar o documento oficial das UEE (Projeto Político Pedagógico) acerca das garantias de ensino para os estudantes com deficiência e sua efetividade; Compreender quais são os procedimentos didáticos metodológicos, estratégias e recursos tecnológicos aplicados as necessidades educacionais especiais frente às exigências das políticas educacionais que contemple a diversidade, no contexto da educação inclusiva.

## **2 METODOLOGIA**

A pesquisa se fundamenta em uma abordagem qualitativa, tipo estudo de caso, ou seja, permitiu ao pesquisador: aproximação com o tema. Ainda, visa conhecer os fatos e fenômenos relacionados ao tema, recuperar as informações disponíveis na literatura atual. O procedimento técnico incluiu a pesquisa de campo e coleta de dados para o desenvolvimento da mesma.

Algumas estratégias metodológicas para apreensão da realidade foram utilizadas, tais como: entrevista, observação e buscas nos documentos.

<sup>1</sup> Secretaria de Estadual da Educação de Sergipe / Universidade Federal de Sergipe (SEED-SE / UFS), carlos.edfisnutri@gmail.com

Os participantes desta pesquisa foram as equipes diretivas (constituída por uma diretora, duas coordenadoras e um secretaria) das Unidades Estadual de Ensino (UEE) da cidade de Santo Amaro das Brotas (as escolas Menino Jesus de Sion e Esperidião Monteiro e o colégio Professor Rogaciano Magno Leão Brasil). As mesmas concederam entrevista (semiestruturada contendo 7 perguntas), além da análise do documento oficial das UEE, o projeto político pedagógico (PPP).

### 3 INTERPRETAÇÕES

Os achados desta pesquisa apontam para a falta de qualificação dos professores no trabalho com alunos deficientes. Segundo as equipes diretivas a maior dificuldade na efetivação do processo de inclusão nas UEE é o despreparo. Corroborando com esse indicativo, Silva (2010, pág. 126 -127) afirma que a falta de recursos humanos (profissionais especializados) tais como: interprete de Libras, professor especializado em educação especial, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, entre outros, configura como barreira para efetivação da inclusão escolar.

Outro fato nítido é a falta de infraestrutura de uma das escolas, pois das três UEE no município de Santo Amaro das Brotas, apenas uma não passou por reforma, ou seja, a única escola sem acessibilidade e preparo para atender ou melhor dizendo, sem o conforto mínimo para os alunos com necessidades específicas.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se a inexistência de uma organização sistemática no projeto político pedagógico dentro da temática abordada na pesquisa, bem como a unanimidade por parte das equipes diretivas das três UEE que a inclusão propriamente dita não acontece. O que há na verdade é uma integração do aluno com deficiência no ambiente escolar.

Apesar do município possuir uma sala de atendimento educacional especializado, em uma das UEE, a mesma não tem gerado um impacto significativo na comunidade local, pois muitos alunos com deficiência não têm utilizado esse espaço no contra turno escolar para suporte ao processo de inclusão no ensino regular.

É mister que tanto Secretaria de Estado da Educação através da Divisão de Educação Especial, os gestores das UEE, os professores e familiares, se unam num engajamento de oportunizar aos estudantes com deficiência uma perspectiva condizente com a atual momento da sociedade contemporânea. Para que efetivamente a inclusão aconteça, mediante o papel responsável de cada ente anteriormente citado.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.755**. Brasília: Presidência da República, 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo as barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

SILVA, Aline Maira da; **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Ibpx, 2010 (Série Inclusão Escolar).